

# Polícia Ambiental embarga loteamento

A Polícia Ambiental embargou na manhã de ontem um loteamento de 8 hectares localizado no balneário de Meaípe, a 18 quilômetros de Guarapari. O embargo ocorreu porque na área estavam sendo realizados serviços de terraplanagem e derrubada de árvores indevidamente, pois o local era uma Área de Preservação Permanente, constituído genuinamente por Mata Atlântica que, segundo os policiais, não pode ser devastada para fins comerciais e sem a autorização do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Além do embargo do loteamento, os policiais expediram à empresa proprietária do local, a GTA Serviços de Zeladoria Patrimonial Ltda, uma multa no valor de R\$ 12.942,00, que será encaminhado hoje à firma. Dois tratores e toda a madeira que foi cortada da mata,

foram apreendidos, ficando a empresa como fiel depositária. Todos os documentos – cópia do auto de infração (multa), documento oficializando o embargo e fotos produzidas no local – serão anexados ao processo que os policiais encaminharão hoje ao Ibama.

“Se eles (donos da área) insistirem em desrespeitar o embargo poderão ser presos, acusados de crime de desobediência que está previsto no Código Penal”, informou o comandante da operação de embargo, tenente Marcelo Corrêa Muniz, dizendo que o local já está sofrendo ações há mais de 15 dias.

**AUTORIZAÇÃO** – Toda a área florestal onde está acontecendo o loteamento possui 11,35 hectares. Deste total, apenas três tinham a autorização do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF), hoje, Instituto de Defesa Agropecuária

e Florestal (Idaf). O restante dos 8,35 hectares não poderia ser explorado porque se tratava de área ocupada por Mata Atlântica, com vegetação nativa habitada por animais silvestres.

De acordo com a Polícia Ambiental, a licença, autorizando o loteamento nos três hectares, foi expedida em 5/11/96 e sua validade estava prevista para trinta dias. A autorização venceu e não foi renovada, segundo cópia da licença que estava em poder dos policiais. O embargo da área só foi possível porque na última quinta-feira, a Polícia Ambiental recebeu diversas denúncias anônimas, dando conta que uma devastação estava acontecendo no local.

**PROVIDÊNCIAS** – Segundo o tenente Muniz, desde o dia em que a Polícia Ambiental recebeu a denúncia, procurou a GTA para que ela pudesse apresentar a licença

ambiental. De acordo com o procurador da GTA, Ubirajara de Almeida, a empresa estava viabilizando uma nova licença, para substituir a vencida, quando foi notificada pela Polícia Ambiental.

Ubirajara explicou que o documento está sendo providenciado junto ao ITCF. Ele nega que a firma esteja explorando área de preservação permanente. “O loteamento foi aprovado pela Prefeitura de Guarapari através do decreto 820/96 no dia 16 de outubro do ano passado. Realmente a nossa licença venceu, mas nós já estávamos providenciando outra”, informou o procurador.

A GTA recorrerá das multas que receberá hoje, segundo informou o procurador da empresa. “Se nós estivermos errados iremos reparar os danos”, argumentou ele. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Guarapari só se manifestará hoje sobre o assunto.